

**AO JUÍZO DE DIREITO DA XX VARA DE FAMÍLIA,
ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX**

Autos nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
DIVÓRCIO

FULANO DE TAL, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXXXXX, nos termos do parágrafo único do art. 16 da Lei nº 1060/50 e art. 4ª da Lei Complementar nº 80/94, com fundamento no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, apresentar

CONTESTAÇÃO

em face da AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, interposta por **FULANA DE TAL**, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, pelos motivos de fato e de direito expostos a seguir.

I - SÍNTESE DOS FATOS

01. Conforme trazido na inicial, as partes foram casadas desde 23/10/2007, sob o regime de comunhão parcial de bens, sem pacto antenupcial, encontrando-se separados de fato desde setembro de 2021 por incompatibilidade de gênios e sem possibilidade de reconciliação.
 02. Após audiência de mediação entre as partes, realizada aos 18/07/2022 (Ata da Audiência em ID. XXXXXXXXXXXX), ficou acordado:
 - a) Que a guarda das três crianças, todas menores impúberes, ocorreria de maneira compartilhada entre os genitores, tendo o domicílio MATERNO como referência e estabelecendo-se os termos de convivência;
 - b) Que não haveria pedidos de alimentos, visto que a autora da ação possui meios próprios para se manter;
 - c) Que não haveria alteração dos nomes por ocasião do divórcio, uma vez que não alteraram antes por causa do casamento;
 - d) Que as partes estão separadas de fato desde setembro de 2021 e concordam com o divórcio; e
 - e) Que ocorresse a conversão do pedido inicial em DIVORCIO CONSENSUAL.
 03. No entanto, **não houve consenso quanto à partilha dos bens** adquiridos pelo casal, que são:
 - a) Os eventuais direitos sobre o imóvel situado na LUGAR X, quitado e avaliado em R\$ XXXX (X X X).
 - b) Um automóvel XXXXXXXXXXXX, Ano X/X, Cor X, Placa X X, avaliado em R\$ XXX (XXXXXXXXXXXX),
-

financiado, e conforme informado pelo réu, restam
ainda o pagamento de 14 parcelas de R\$ X
(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX);

- c) Um automóvel XXXXXX, Ano X/X, Cor X, Placa X X, quitado, avaliado em R\$ XXXXXXXX (XXXXXX)
04. Dessa forma, deu-se prosseguimento ao feito em relação à partilha dos bens, tendo o que foi acordado acima homologado por meio da Decisão (ID. XXXXXXXXXXXXX) proferida pelo Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação da Família.

II - DA CONTESTAÇÃO

05. Inicialmente, o Réu estava de acordo com todos os termos propostos pela Autora, ou seja, estava disposto a partilhar a ordem de 50% (cinquenta por cento) dos bens adquiridos durante a união estável para cada cônjuge. Contudo, a Autora, mesmo propondo isso na inicial, estava sendo resistente quanto à correta partilha dos bens. Na audiência de mediação, ela entendia ter direito à integridade da cessão de direitos sobre a Chácara (primeiro patrimônio citado acima), mas logo foi convencida que isso não seria possível. Após essa primeira situação de resistência ter sido superada, veio uma segunda: ela queria que fosse “passado um muro” na casa para divisão meio a meio, algo que para o Réu seria inviável. Ele deseja que a cessão de direitos seja vendida e o valor seja igualmente dividido.
06. Quanto à partilha atinente aos carros, o Réu, nos termos do art. 343 do CPC, propõe que ele fique com o automóvel XXXXX avaliado em R\$ XXXXXX, e que a Autora fique com o automóvel XXXXXXXXXXXX, desde que ela pague as parcelas faltantes, que são 14 (catorze) de R\$ XXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX). Caso a Autora não acorde com essa proposta, o Réu deseja que os dois carros sejam vendidos e que eles dividam o valor igualmente.
-

III- DOS DIREITOS

07. Diante do que foi relatado, demonstra-se que o Réu tem pleno direito aos 50% (cinquenta por cento) do valor da cessão de direitos sobre o imóvel situado na XXXXXX, conforme dispõe o art. 1.658 do Código Civil.
08. Seguindo, amparado no parágrafo 2º do art. 7º da Lei 6.515/1977, demonstra-se também que o pedido do Requerido quanto aos carros se mostra totalmente em consonância com o arcabouço normativo que disciplina a matéria.
09. Assim, diante dos fatos e direitos apresentados, fica evidente que o pleito ora apresentado se manifesta cabível de provimento, pois apresenta-se perfeitamente amparado pelo ordenamento jurídico pátrio em todas as suas faces.

IV - DOS PEDIDOS

**Por todo o exposto,
requer:**

- a) Os benefícios da gratuidade de justiça, nos termos do art. 98 do CPC;
 - b) A cessão de direitos do imóvel qualificado no item I, seja vendida e o valor seja igualmente dividido;
 - c) A Autora fique com o automóvel XXXXXXXXXXXX, desde que arque com as 14 (catorze) parcelas restantes deste automóvel, iguais de R\$ XXX (XXXXXXXX);
 - d) O Contestante fique com o automóvel XXXXXXXXXXXX;
 - e) Caso não sejam acolhidos os pedidos “c” e “d”, que
-

sejam vendidos ambos os veículos e o valor total dividido igualmente entre a Autora e o Réu;

- f) Seja acolhida a presente contestação com total procedência dos

pedidos formulados;

- g) A condenação da Autora nas custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODF, CNPJ 09.396.049/0001-80 (art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 744/2007, Decreto nº 28.757/2008), depósito no Banco do Brasil - BB, Código do banco 001, Agência 4200-5, Conta Corrente 6830-6.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Termos em que pede

deferimento.

**Defensoria
Pública
XXXXXXXXXXXX**

Estudantes participantes:

FULANO DE TAL

FULNAO DE TAL

FULANO DE TAL

FULANA DE TAL

Coordenadora do NPJ/UnB: XXXXXXXXX OAB-X XXXX
